



**REDE BRASILEIRA DE CAPACITAÇÃO EM RECURSOS  
HIDRICOS - CAP-NET BRASIL**

**PLANO DE AÇÃO PARA 2009**

**GOVERNANÇA DA ÁGUA**

***Road Show sobre as 12 Regiões Hidrográficas do Brasil***  
**Oficina para Avaliação de Atividades**

**RELATÓRIO FINAL**

***Por Andréa Paula de Carestiato Costa, M.Sc***

***Andréa Paula de Carestiato Costa***

Coordenadora Técnica do Programa Circuito de Desenvolvimento de Capacidades nos Comitês Brasileiros de Bacias Hidrográficas.

Graduada em Licenciatura em Ciências de Habilitação Biologia (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1990); mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000). Tem 15 anos de experiência na área de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Gênero e Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos, atuando principalmente em educação ambiental, desenvolvimento sustentável e local, e educação permanente.

## **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADE EM COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS BRASILEIROS**

### **Apresentação**

Este relatório aborda questões essenciais e experiências paradigmáticas observadas na execução do Programa de desenvolvimento de capacidade em comitês de bacias hidrográficas brasileiros, na expectativa de sua continuidade e da viabilidade de ser realizado em outros países com características similares ou não às do Brasil.

Das lições apreendidas durante todo o Projeto, a mais importante sugere que, para alcançar os objetivos, é imprescindível que haja uma construção planejada dos mecanismos de implementação e permanente avaliação para orientar a retroalimentação, considerando as metas e os objetivos alcançados. Para tanto, fizeram-se necessárias avaliações intermediária e final.

A partir dos dados gerados e dos eventos realizados, o Secretariado da Cap-Net Brasil solicitou à Coordenação Técnica do Programa que procedesse à consolidação dos resultados do desenvolvimento do Projeto, em forma de relatório analítico, para que a partir das experiências e lições apreendidas pudesse a Cap-Net Brasil propor à Cap-Net a continuidade ou não do Projeto, considerando o desenvolvimento de outros projetos da Cap-Net Brasil para 2009 e anos seguintes.

Essas experiências, os sucessos e as dificuldades constam nos registros deste relatório.

### **I - Breve Introdução**

O processo de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) no Brasil teve início no final da década de 70 com a criação de comitês de estudos nas grandes bacias hidrográficas brasileiras, onde a ocupação humana tornara-se mais densa. Esses comitês espelhavam o momento político que o país vivia e, portanto, eram compostos somente por representantes governamentais da União e das Unidades Federadas, incluindo também usuários de setores públicos, e não possuíam caráter deliberativo nem normativo.

A reinstalação da democracia no Brasil e a promulgação da Constituição Federal de 1988 representam marcos referenciais importantes na atual etapa da gestão integrada dos recursos hídricos no Brasil. A Constituição Federal promulgada em 1988 define, como competência da União, instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH (inciso XIX, art. 21).

A criação de colegiados, tanto na esfera federal como na local – bacia hidrográfica – teve início ainda na década de 80, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país.

No cenário internacional, o final dos anos 80 do século passado foi marcado por importantes avanços relativos à questão ambiental. Foi nesse período que o conceito de Desenvolvimento Sustentável tornou-se mundialmente considerado, quando, em 1987, foi publicado o relatório “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD), presidida pela então Ministra do Meio Ambiente da Noruega, Bro Brundtland.

Ainda no cenário internacional, em 1992, a Conferência de Dublin apontou a existência de sérios problemas relacionados à disponibilidade de água para a humanidade e estabeleceu quatro princípios para a gestão sustentável da água, assim sistematizados:

(i) a água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial à manutenção da vida, ao desenvolvimento e ao meio ambiente;

(ii) o seu gerenciamento deve ser baseado na participação de usuários, planejadores e formuladores de políticas, em todos os níveis;

(iii) as mulheres desempenham um papel essencial na provisão, no gerenciamento e na proteção da água

(iv) o reconhecimento do valor econômico da água.

Tais princípios foram adotados nos documentos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em particular a Agenda 21 em seu Capítulo 18, e segundo os princípios constantes da Declaração do Rio de Janeiro adotada em junho de 1992, durante o que se denominou a “Cúpula da Terra”.

A Lei nº 9.433, de janeiro de 1997, do governo brasileiro, estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos e põe em prática o mandamento constitucional de regular o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Naquele momento, nove leis estaduais já dispunham sobre a política a adotar em relação aos rios de domínio estadual.

Vale registrar que o Brasil, conforme definido na Constituição Federal, é uma federação integrada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo que os recursos hídricos têm dois níveis de domínio - federal e estadual - que exigem a articulação entre os entes referidos, inclusive os municípios, para a efetiva gestão integrada dos recursos hídricos.

O modelo brasileiro de gestão de águas, instituído pela Lei 9.433 de 1997, que definiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, inclui a participação social na formulação e execução da política pública de recursos hídricos. Permite a inserção da questão da água nos debates nacionais e procura viabilizar a gestão integrada dos recursos hídricos, pela descentralização e compartilhamento de decisões entre governos, usuários da água e sociedade civil, respeitado o recorte natural da bacia hidrográfica como espaço referencial para a construção desse processo de governança.

Portanto, é nos comitês de bacias - organismos de caráter deliberativo e normativo - que se exercitam os conceitos de descentralização decisória e de participação. O comitê é o foro onde são tomadas as principais decisões políticas sobre a utilização das águas da bacia, com participação de representação da sociedade civil, do poder público e de usuários da água, sendo a governança compartilhada.

A despeito dos avanços observados no que tange ao envolvimento social e à participação efetiva no âmbito dos comitês, é possível constatar a necessidade de fortalecimento dos Comitês de Bacias, de forma a garantir a atuação de seus gestores.

São necessários debates para tratar da representação e da representatividade nos colegiados, assim como a definição de agendas de atuação focadas em problemas específicos da cada bacia e a determinação das formas de articulação entre comitês de bacias dos rios principais e comitês de bacias de rios afluentes. Isso exige permanente processo de desenvolvimento de capacidades, tendo

em conta o caráter singular da gestão das águas e a necessidade do aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão.

Assim, este trabalho tem o objetivo de detalhar um programa de formação e capacitação, a ser implementado junto aos comitês de bacias hidrográficas e a outros organismos que tratem do mesmo tema, com o objetivo de apoiar a qualificação de seus membros. As ações do Programa visam alcançar a sociedade civil, os usuários da água e o poder público, como participantes desses organismos, tendo em conta a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH).

Atualmente existem no Brasil cerca de 140 comitês, além de organismos de bacias, em diversos estágios de funcionamento. Assim, fez-se necessário estabelecer critérios para a escolha de alguns comitês para desenvolver as ações do Programa de Desenvolvimento de Capacidades em Comitês de Bacias Hidrográficas durante a sua primeira etapa de implementação, realizada entre 2007-2008.

Ademais, considerando a dimensão do país e sua diversidade social, ambiental e econômica, para o desenvolvimento desse trabalho e a escolha de comitês de bacias hidrográficas, levaram-se em conta as especificidades. Para tanto, tomou-se como referência a Divisão Hidrográfica Nacional em 12 regiões hidrográficas, instituídas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), órgão superior do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), por meio da Resolução nº 32/2003. (Figura no anexo I).

## **II - A Construção do Programa**

O Projeto Cap-Net tornou-se um Programa de Desenvolvimento de Capacidades em Comitês de Bacias Hidrográficas, em razão das parcerias nacionais e seus respectivos objetivos. Teve como Documento de Base o trabalho contratado pela Cap-Net Brasil à consultora Maria de Fátima Chagas, feito em colaboração com a consultora Maria Manuela Moreira, que orientou no sentido de priorizar os comitês de rios de domínio estadual que estivessem em estágio de desenvolvimento e em funcionamento, no mínimo, há dois anos. Dessa maneira, os participantes já teriam maior clareza de suas necessidades e de lacunas que merecessem um processo de capacitação.

Sendo esse processo uma atividade de duração continuada, face à necessidade de progressiva qualificação dos gestores da bacia hidrográfica, considerou-se, ainda, que o projeto deveria evoluir para um programa de caráter permanente e com a participação efetiva de parceiros nacionais, regionais e locais.

Para a elegibilidade dos comitês de domínio estadual, observou-se a forma como os comitês de bacia de rios de domínio da União têm sido estruturados após um processo planejado de formação, acompanhado pela Agência Nacional de Águas (ANA), devidamente aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Como regra, contam com apoio da Agência Nacional de Águas (ANA) no período inicial de funcionamento.

Na temática dos eventos de capacitação, o documento das consultoras indicou que deveriam ser identificados os comitês de bacia hidrográfica e pudesse haver, como contrapartida, a contribuição do ente gestor da Bacia na construção do programa de capacitação a ser desenvolvido. Nessa linha, propuseram as seguintes diretrizes:

- *a capacitação deverá ter formato de Oficina, privilegiando, dessa forma, o debate e a participação dos envolvidos no evento;*

- *deverá ter duração máxima de três dias;*
- *o conteúdo programático das oficinas deve contemplar o programa básico e parte específica, definida com a participação efetiva do comitê escolhido e com base nas características naturais e socioeconômicas da bacia hidrográfica.*

As agendas das oficinas, respeitadas as peculiaridades, deveriam cumprir uma temática básica, abordando diretrizes e fundamentos regentes das políticas nacional e estaduais de recursos hídricos, notadamente os conceitos de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), assim como considerar os aspectos relacionados à inserção de gênero no processo de gestão das águas. Pelo menos, os seguintes tópicos foram levados em conta na execução do Programa:

- *Gestão e gerenciamento: conceitos, desenvolvimento sustentável; conceitos e evolução histórica da gestão ambiental.*
- *Metas de Desenvolvimento do Milênio e a temática da água.*
- *Hidrologia e Ciclo Hidrológico: definições; as águas superficiais, meteóricas e subterrâneas; águas transfronteiriças; conservação e reuso de água.*
- *Bacia Hidrográfica: conceitos; parâmetros característicos; a bacia como um sistema e como unidade de planejamento e gestão de recursos hídricos.*
- *Divisão Hidrográfica Nacional.*
- *Gestão de recursos hídricos e o uso múltiplo das águas: os usos preponderantes e prioritários; os usos consuntivos e não consuntivos.*
- *Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH): definição; consideração dos diversos elementos do meio natural, com ênfase na questão do clima; aspectos antrópicos relacionados aos diversos usos; a transversalidade da perspectiva de gênero.*
- *Aspectos da participação social na definição de políticas públicas: a questão da governança e da governabilidade.*
- *Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH): definição, atribuições e relações entre os entes que o compõem.*
- *Comitês de Bacias Hidrográficas: definição; o papel dos Comitês no SINGREH; o processo de formação e seu status legal.*
- *Representação (organizações privadas, instituições públicas, empresas, associações, entre outras).*
- *Representatividade: o papel dos diversos atores nos Conselhos e Comitês; resolução de conflitos.*
- *Temas transversais: a articulação da Política Nacional de Recursos Hídricos com as políticas dos setores usuários e com outras políticas públicas, como a do Meio Ambiente e de Saneamento. A articulação dessas políticas no espaço geográfico da bacia hidrográfica.*
- *A gestão integrada de recursos hídricos e a relação com a zona costeira.*

Como referido anteriormente, a equipe diretora de cada Comitê de Bacia deveria identificar as questões peculiares e relevantes a incluir nas discussões da oficina. Assim, a equipe-chave para o desenvolvimento do Programa, conforme orientação das consultoras, deveria ser composta, no

mínimo, por três perfis de profissionais, sendo 2 efetivos, pelo menos durante toda a primeira fase do programa:

- um coordenador geral de todo o Programa, que deveria ser um profissional sênior, com experiência em gestão de recursos hídricos, denominado como Coordenador Técnico;
- um orientador (facilitador) das oficinas, que deveria ser profissional sênior, com experiência em organização de procedimentos de capacitação e formação em processos participativos e em mobilização;
- um ou mais profissionais técnicos especializados, responsáveis pela área temática específica a ser desenvolvida em cada comitê, conforme a demanda regional.

Além desses profissionais, os trabalhos deveriam contar com uma equipe de apoio local, podendo também haver necessidade de consultores e facilitadores locais, identificados em organizações locais, para participar das discussões conceituais básicas nas oficinas.

### III - A Implementação do Programa

A primeira etapa do Programa envolveu o trabalho de articulação com parceiros institucionais, a montagem das equipes técnicas locais, a mobilização de participantes e instrutores dos módulos temáticos, a preparação de materiais pedagógicos e a realização propriamente dos eventos de capacitação. Nesta etapa conduzida pela Coordenação Técnica foi possível dispor de recursos humanos, institucionais e financeiros de parceiros que viabilizaram a realização de cada uma das oficinas e a consolidação de seus resultados em relatórios.

Ao longo do período executivo do Programa, a Cap-Net Brasil mobilizou e desenvolveu as oficinas nas seguintes bacias:

**Tabela 1** - Quadro das Oficinas realizadas pelo Programa Circuito de Desenvolvimento de Capacidades em Comitês de Bacias Hidrográficas Brasileiros

CBH	UF	Região	Data da Oficina	Local	Número de participantes
Miranda	MS	CENTRO O	09 e 10/09/2008	Campo Grande, MS	33
Mundaú Manguaba	AL	NORDESTE	17e 18/07/2008	Maceió, AL	33
Paraguaçu	BA	NORDESTE	06 e 07/08/2008	Salvador, BA	20
Recôncavo Norte	BA	NORDESTE	04 e 05/08/2008	Salvador, BA	18
Verde Jacaré	BA	NORDESTE	08 e 09/08/2008	Irecê, BA	30
Tarumã	AM	NORTE	26 e 27/06/2008	Manaus, MA	33
Itapemirim	ES	SUDESTE	25 e 26/06/2008	Cachoeiro, ES	68

CBH	UF	Região	Data da Oficina	Local	Número de participantes
Lagos São João	RJ	SUDESTE	29 e 30/11/2007	Cabo Frio, RJ	49
Ribeira do Iguape	SP	SUDESTE	28 e 29/07/2008	Juquitiba, SP	52
Alto Jacuí	RS	SUL	13 e 14/08/2008	Passo Fundo, RS	117
Passo Fundo	RS	SUL	13 e 14/08/2008	Passo Fundo, RS	116
Várzea	RS	SUL	24 e 25/07/2008	Frederico Westfallen, RS	38
					<b>607</b>

O equilíbrio de gênero entre os participantes das 12 oficinas foi avaliado pela Cap-Net Brasil, conforme consta no anexo.

A partir do Projeto da Cap-Net Brasil e os recursos financeiros alocados, e de acordo com a estruturação exposta, foi promovida articulação com atores relevantes, muito especialmente o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Cidades, a Secretaria Executiva dos Comitês de Bacia, a Rede Brasil de Organismos de Bacia (REBOB), o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCB) e a Agência Nacional de Águas (ANA). A partir daí, evoluiu-se para o PROGRAMA CIRCUITO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES EM comitês de bacias hidrográficas brasileiros, programa conjunto, para o qual todos os parceiros citados contribuíram para sua efetividade.

É importante registrar que em alguns eventos houve contribuição efetiva dos órgãos estaduais e municipais. As Universidades regionais ou locais também participaram de modo importante com seus recursos humanos, além de, conjuntamente com a Cap-Net Brasil, emitirem a certificação acadêmica aos participantes nas oficinas, que é um documento relevante para participantes e docentes.

Assim, o Projeto da Cap-Net Brasil teve um aporte de recursos e/ou contribuições, em espécie, proveniente dos parceiros já citados, que foi de grande importância para o alcance de resultados positivos e incentivadores na continuidade do Programa e decisivos para a realização de cada uma das oficinas. Poder-se-ia considerar uma relação média de cerca de 50%, compreendendo pagamento de despesas com infraestrutura e o acompanhamento de atividades preparatórias e de coordenação técnica.

É importante assinalar que, para que a Coordenação Técnica pudesse cumprir a agenda, houve um longo período de negociação entre parceiros, principalmente para adequar agendas e detalhes logísticos essenciais à realização de cada oficina.

Por parte da Cap-Net Brasil, foram destinados recursos financeiros para pagamento aos profissionais responsáveis pela elaboração das oficinas, em especial facilitadores e peritos, e para gastos com a produção do CD-ROM, de material, e de galhardetes (banners) com a indicação do evento e de seus patrocinadores e apoiadores.

Ao final de cada oficina, fez-se a avaliação do evento, que consta de cada um dos relatórios apresentados pelos organizadores locais.

Na quase totalidade dos Comitês de Bacias a realização da oficina de capacitação foi um evento inédito, conforme registrado nos relatórios respectivos, disponibilizados em meio virtual no sítio da Cap-Net Brasil e compilados em DVD.

Não foi sem razão que muitos relatórios estenderam-se além dos parâmetros estipulados, representando efetivo registro histórico da oficina, e demonstrando, assim, a carência e a necessidade da continuidade dos programas de capacitação.

Considera-se que o ciclo de avaliação completa-se com a análise dessas experiências, com vistas à estruturação de uma nova etapa agregando as lições aprendidas com as perspectivas que se delineiam.

A partir desta experiência, a Cap-Net Brasil poderá viabilizar uma próxima e nova fase de implementação do Projeto, com efetivo avanço e aperfeiçoamentos sobre os resultados alcançados, e a superação dos desafios enfrentados, gerando um círculo virtuoso de desenvolvimento de capacidades em gestão de recursos hídricos no Brasil.

#### **IV - Avaliação pelos Pares: Oficina do Rio de Janeiro**

Do ponto de vista da avaliação do Programa, foi realizada uma Oficina no dia 13 de novembro de 2008, no Rio de Janeiro, no âmbito do Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, quando foram analisados seus resultados e feitas reflexões e propostas para o desenvolvimento futuro do Projeto.

A Oficina de Avaliação foi coordenada por Cristina Orphea, do Instituto Vitae Civilis que é membro da Cap-Net Brasil e parceiro do Programa. Essa oficina reuniu gestores dos Comitês de Bacias, representantes da parceria nacional do Programa e de sua Coordenação. Discutiram-se as perspectivas futuras diante do cenário institucional, as oportunidades, o interesse e a conveniência em dar continuidade ao Programa.

O objetivo da Oficina realizada foi exatamente promover a revisão entre pares (*peer review*), visto que estavam presentes representantes de Comitês de Bacias onde haviam sido realizadas oficinas. Aproveitou-se, assim, a oportunidade do Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas promovido pelos parceiros do Programa, pela Rede Brasil de Organismos de Bacias e pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas.

#### **Demandas e sugestões resultantes da Oficina de Avaliação:**

- A maioria dos participantes ressaltou a importância da continuidade do Programa de formação presencial em todos os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) que participaram da primeira rodada.
- Os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) devem escolher os temas de acordo com as suas necessidades.
- Elaborar um Programa de Formação orientado para os segmentos que compõem o Comitê de Bacias Hidrográficas (CBHs) em especial, prefeituras municipais, usuários e movimentos sociais.
- Promover o intercâmbio de experiências entre os CBHs.

- Ter a Cap-Net como instrumento de capacitação contínua por demanda dos Comitês, e não por indicação do órgão gestor.
- Priorizar os temas focais de cada CBH.
- Atrair a sociedade civil para o CBHs.
- Utilização das ferramentas de Ensino à distância.
- Promover a elaboração de material pedagógico voltado para os CBHs.
- Realizar atividades virtuais, como ensino à distância.
- Ampliar a participação nas oficinas para não-membros do CBHs, em especial a sociedade civil.
- Realizar atividades para o Desenvolvimento de Capacidade em temas como “negociação de conflitos” para os atores sociais envolvidos com os Comitês (populações tradicionais, ribeirinhas, pescadores, quilombolas), visando à participação em negociações com os demais atores (governo e usuários da água)
- Formação presencial:- 1) temas estruturantes e básicos; - 2) temas específicos.
- Formação por segmento que compõe o CBHs (sociedade civil, poder público e usuários).
- O Programa deve proporcionar a realização de mais uma rodada de atividades de Desenvolvimento de Capacidades para os mesmos Comitês que participaram da primeira fase do projeto, para que haja maior aproximação entre os membros dos referidos Comitês e melhores resultados.

A Oficina gerou um relatório que descreve estes resultados com mais detalhes. Contudo, algumas considerações complementares fazem-se necessárias, a saber:

1. As parcerias institucionais nacionais, regionais e locais;
2. A participação das universidades no Programa;
3. As contrapartidas locais ao Programa.

### ***1 - As parcerias institucionais nacionais, regionais e locais***

Desde o início do Programa Circuito de Desenvolvimento de Capacidades em Comitês de Bacias Hidrográficas Brasileiros, a Cap-Net Brasil esforçou-se em articular com parceiros nacionais, regionais e locais.

As parcerias, em qualquer instância, tinham como propósito estratégico potencializar aspectos de enriquecimento do Programa. A formalização e aprofundamento das parcerias é um passo necessário para consolidar o Programa.

Quanto às parcerias nacionais, a Cap-Net Brasil pode contar, nesta primeira etapa, com a presença e apoio institucional e técnico permanentes do Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU e da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade/Gerenciamento Costeiro no cotidiano de preparação e de realização dos eventos; e também o apoio institucional da REBOB e do FNCCB, das qualificadas e comprometidas participações do Ministério das Cidades e da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, esta vinculada ao Ministério da Saúde, que forneceram publicações sobre saúde pública e saneamento .

As parcerias regionais em todas as 12 Oficinas foram concretizadas pela participação das Secretarias Estaduais de Recursos Hídricos, por atuarem como secretarias executivas na maioria dos Comitês de Bacias Hidrográficas participantes dos Programas. As Secretarias Estaduais contribuíram com inestimável apoio institucional de articulação e mobilização dos membros dos Comitês de Bacias e, fundamentalmente, constituindo as equipes técnicas de apoio às Oficinas.

As parcerias locais, articuladas pelas equipes técnicas, disponibilizaram os espaços e outros itens de infraestrutura necessários para viabilizar os eventos.

Pelas lições aprendidas neste âmbito, entende-se que a realização de parcerias será sempre facilitada, especialmente com atores públicos de níveis nacional e estaduais, na medida em que o Programa Circuito de Desenvolvimento de Capacidades em Comitês de Bacias Hidrográficas Brasileiros promova ações que possam ser articuladas e otimizadas com programas e projetos destas instituições, que estejam previstos ou em processo de realização.

É o caso, por exemplo, da implementação das ações do Programa IV do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) pelo Ministério do Meio Ambiente e de ações equivalentes dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, que tratam de desenvolvimento de capacidades em Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH).

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e os planos estaduais de recursos hídricos consideram os pressupostos do pacto federativo e a relação entre União, Estados e Municípios com os usuários de água e a sociedade civil, com efetiva governança compartilhada. A operacionalização dessa arquitetura representa um desafio sem precedentes no gerenciamento de recursos hídricos no Brasil, demandando grande esforço de coordenação e articulação dos entes coletivos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) desde os comitês de bacia, conselhos estaduais de recursos hídricos e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Nesse sentido, para sua implementação, propôs-se uma estrutura composta por 13 programas, distribuídos segundo seus objetivos, em 4 componentes:

- Desenvolvimento Institucional da GIRH no Brasil – Programas I a IV;
- Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intrainstitucional da GIRH – Programas V a VII;
- Programas Regionais de Recursos Hídricos – Programas VIII a XII; e
- Gerenciamento da Implementação do PNRH – Programa XIII.

O Programa IV do Plano Nacional de Recursos Hídricos integra o primeiro componente e refere-se ao desenvolvimento institucional da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) no Brasil. Assim também os programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos constituem-se em importantes instrumentos de negociação, com orientações e diretrizes de cunho estratégico do Programa Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos, inserido no componente Desenvolvimento da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil. Este, por sua vez, é composto por três subprogramas de grande sinergia com o Programa Circuito de Desenvolvimento de Capacidades em Comitês de Bacias Hidrográficas:

- i) Desenvolvimento, Consolidação de Conhecimento, inclusive os Conhecimentos Tradicionais, e de Avanços Tecnológicos em Gestão de Recursos Hídricos;
- ii) Capacitação e Educação, em Especial Ambiental, para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos;

iii) Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH).

***A participação das universidades no Programa:***

Nas três Oficinas realizadas no estado da Bahia (CBHs Verde Jacaré, Paraguaçu e Recôncavo Norte) e nas duas Oficinas no Estado do Rio Grande do Sul (Alto Jacuí e Passo Fundo) a coordenação dos eventos foi feita em estreita relação entre os Comitês de Bacias, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal de Passo Fundo (Rio Grande do Sul).

Em geral o corpo docente das Universidades não tem vocação para atuar diretamente em processos de capacitação envolvendo atores que atuam em Comitês de Bacias, havendo mesmo grande hiato ou dificuldade em transmitir adequadamente conhecimento técnico-científico às demandas sociais. Apesar disso, as Universidades estão presentes nos diversos coletivos do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

O Programa Circuito de Desenvolvimento de Capacidades em Comitês de Bacias Hidrográficas Brasileiros mostrou que pode contribuir para que universidades possam aceitar novos desafios, em parcerias, e ainda somar as experiências na formação de estudantes em distintos níveis, podendo abrigar graduandos e pós-graduandos (mestrandos e doutorandos), como foi possível observar nas experiências dos estados da Bahia e do Rio Grande do Sul.

Em outra face da relação entre o Programa e as Universidades, nas 12 Oficinas, a maioria dos instrutores eram professores de Universidades que, de alguma forma, são partícipes ativos da gestão de recursos hídricos. Em diversas ocasiões estas instituições participaram também como provedoras dos espaços utilizados pelas Oficinas e de apoio técnico complementar como uso da sua infraestrutura (telefones, equipamentos, reprografia).

Neste sentido, o envolvimento observado das universidades locais e regionais foi representativo na importância em construir e fortalecer o papel institucional e técnico do segmento acadêmico para a implementação do Programa.

***As contrapartidas ao Programa:***

Do ponto de vista das contrapartidas locais, além dos apoios institucionais (extremamente necessários para o desenvolvimento das articulações), o Programa obteve acessibilidade a técnicos e a materiais temáticos de qualidade, que foram disponibilizados pelas instituições aos participantes das Oficinas. A maior parte dos trabalhos com os aspectos logísticos (mobilização social, local e alimentação) foi realizado pelas equipes técnicas junto a Comitês de Bacias (beneficiários) e a parcerias locais.

Nas oficinas, além de palestras e seminários, os participantes receberam documentos com a caracterização da bacia, ementa das palestras realizadas, publicações diversas, CD-ROM com dados das apresentações elaboradas pelos instrutores dos módulos temáticos, textos complementares, imagens e mapas, distribuição do material institucional da Cap-Net/PNUD e dos parceiros nacionais, locais e regionais do Programa.

Em todos os casos, os resultados da Oficina sugerem a ampliação da abrangência do Programa. É imprescindível uma segunda rodada para que os Comitês de Bacia continuem a fortalecer-se e a fazer reflexões sobre as suas necessidades reais, reconhecendo ser indispensável continuar a elaborar e a disponibilizar material pedagógico específico.

## **V - Propostas para a segunda etapa do Programa:**

Pelos resultados globais alcançados com as Oficinas, em face da aceitação e da receptividade em relação às atividades do Programa para uma segunda etapa, e pelas sugestões de continuidade resultantes da Oficina de Avaliação no Rio de Janeiro, a proposta de definição dos próximos passos teria fundamentalmente duas diretrizes:

1. Continuar aplicando a metodologia proposta para o Programa.
2. Implantar uma versão do Programa, envidando esforços para desenvolver projeto de educação à distância, sob a forma de cursos aplicados via *internet*, destinados a gestores de recursos hídricos de diversos segmentos, tomadores de decisão, líderes comunitários e membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas de rios das regiões abrangidas pelo Programa.

A primeira diretriz indica realizar uma segunda rodada do Programa, promovendo eventos em Comitês de Bacia de rios de domínio estadual, conforme as seguintes disposições:

- Dar oportunidade aos mesmos Comitês de Bacias que participaram da primeira rodada do Programa e/ou incorporação de novos critérios ao processo seletivo, inclusive formando multiplicadores.
- Priorizar a formação presencial com temáticas estruturantes.
- Promover a capacitação para grupos definidos: gestores públicos, tais como prefeitos e/ou prefeituras e/ou secretários municipais; e grupos estratégicos para gestão sustentável dos Comitês de Bacias.

De qualquer forma, a tônica metodológica a ser preservada seria construir uma grade programática, considerando as demandas prioritárias indicadas pelos membros dos Comitês.

A outra diretriz é dar continuidade ao processo de desenvolvimento de capacidades em gestão integrada de recursos hídricos, sem perder suas características e premissas bem sucedidas. E assim criar uma plataforma de conteúdos básicos para disponibilizar permanentemente, e também um banco de conteúdos específicos para atender às demandas locais/regionais, da forma mais ampla possível. Dessa maneira, preserva-se o espírito do Programa em priorizar o desenvolvimento de capacidades, em consonância com as demandas dos comitês de bacia.

Quanto ao público beneficiário, surgiu uma perspectiva interessante de elaborar Programa de Desenvolvimento de Capacidades com características de formação básica para os grupos que ainda não estão nos Comitês de Bacia, mas poderão vir a participar. Isso daria mais visibilidade aos processos de inclusão de novos grupos na gestão de águas e promoveria o fortalecimento das comunidades locais, dando melhores condições de qualificar a participação e ensejando a construção de processos legítimos de representatividade.

Para a proposta de segunda fase do Programa, espera-se que sejam obtidos avanços em duas grandes frentes:

- a primeira refere-se a suas atividades internas junto às comunidades, mediante a implantação de capacitação à distância nos processos de gestão integrada e os respectivos processos de empoderamento e governança dos beneficiários diretos e indiretos;

- a segunda pode caracterizar-se como a abertura à sociedade, partindo do âmbito local das diversas bacias hidrográficas onde atua, ampliando sua visibilidade e articulações em nível municipal, estadual, nacional e mesmo internacional, considerando o grande número de bacias fronteiriças e transfronteiriças das quais o Brasil participa.

Além de serem fruto das relações que se vão estabelecendo a partir da dinâmica do projeto, tais articulações estão se materializando nos resultados das próprias tecnologias sociais utilizadas (tanto como produtos como processos), a exemplo da disseminação e uso de informações técnicas, de atividades formativas, de metodologias do processo de governança, inclusão da perspectiva de gênero, saneamento, mudanças climáticas entre outros temas relevantes.

## **VI - Considerações finais**

As considerações afeitas ao planejamento e à tomada de decisão envolvendo os recursos hídricos devem atingir novos níveis de aperfeiçoamento, confiabilidade e rapidez em todo o Brasil. Isto exige informações adequadas, rápidas, precisas e exaustivas sobre a situação de recursos que complementarão as informações sobre as dimensões econômica, social e ambiental do uso da água.

Para a dinâmica destas atividades e seus desdobramentos futuros a médio e longo prazo, na perspectiva da consolidação da governança, a Cap-Net Brasil terá potencializado inúmeras alternativas de avanço do Programa em outros formatos e metodologias que devem surgir no exercício da sua implantação.

Cursos à distância poderão gerar avanços no esforço de conseguir o equilíbrio entre suas dimensões tecnológicas e suas dimensões institucional, espacial e socioambiental, especialmente no que diz respeito às atividades de sensibilização/mobilização social e educação ambiental nas comunidades.

Em seu Programa de Trabalho para 2009, a Cap-Net Brasil terá presente em todos os projetos propostos temas transversais como inclusão social, mitigação da pobreza, acesso a água e saneamento e perspectiva de gênero. Assim, a continuidade do Programa deverá ser em bases otimizadoras dos esforços institucionais, técnicos e financeiros com os demais Programa da Cap-Net Brasil, na medida em que se articulem mutuamente e promovam sinergias.

Referências expressas aos Projetos da Cap-Net Brasil 2009 - Programas de *Gestão Integrada de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Urbano e Rural*, *Gestão de Enchentes Urbanas*, *Desenvolvimento de Capacidades em Gestão Integrada de Recursos Hídricos para os Estados Brasileiros da Bacia Hidrográfica do Amazonas (Região Hidrológica do Amazonas)*, *Gestão de Riscos Climáticos em Recursos Hídricos* e, em especial, *Ensino à Distância (E-learning)*.

Pode-se também examinar a possibilidade de difundir esta experiência nos demais países lusófonos, no contexto da Parceria Lusófona pela Água em cooperação com a GWP Brasil.

As sinergias entre projetos são fundamentais como ponto de partida para a discussão com instituições parceiras, visando à estrutura e a gestão do projeto de continuidade, lembrando que os custos são significativos.

Com este somatório de ações, a Cap-Net Brasil poderá desenvolver mais uma vez um projeto de vanguarda e inovador, aliando as suas ações que historicamente vêm se consolidando no Brasil na área de desenvolvimento de capacidades para a gestão integrada de recursos hídricos.

Por tudo o que foi exposto, ficou demonstrado que os participantes e lideranças dos Comitês de Bacias esperam que a Cap-Net Brasil possa dar continuidade ao Programa Circuito de Desenvolvimento de Capacidades em Comitês de Bacias Hidrográficas Brasileiros e sinalizaram que aguardam resposta para, ainda em 2009, iniciar os preparativos e articulações necessários a esse fim.

## **VII – Documentos de Referência**

Brasil, 1997. Política Nacional de Recursos Hídricos, 9.433, 8 de janeiro de 1997. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

Brasil, 2003. Conselho Nacional de Recursos Hídricos - Resolução nº 32/2003. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

Brasil, 2006. Plano Nacional de Recursos Hídricos – Vol. 4. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

Brasil, 2007. LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007 - Diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília: Ministério das Cidades.

Cap-Net Brasil, 2007. PROGRAMA “Road Show” - Formação e Capacitação nos comitês de bacias hidrográficas brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto Ipanema.

Cap-Net Brasil, 2008. Oficina de Avaliação do Programa Circuito de Desenvolvimento de Capacidades em Comitês de Bacias Hidrográficas. Rio de Janeiro: X REUNIÃO ANUAL DO FÓRUM NACIONAL DOS COMITÊS DE BACIA.

Cap-Net Brasil, 2008. Relatórios das Oficinas realizadas no âmbito do Programa, compilados em DVD, disponível sob demanda à Cap-Net Brasil.

## EQUILÍBRIO DE GÊNERO ENTRE OS PARTICIPANTES DAS 12 OFICINAS

COMITÊ / LOCAL	DATA	Nº DE PARTICIPANTES		
		MASC.	FEM.	TOTAL
Lagos São João - Cabo Frio, Rio de Janeiro	Novembro 28-30	33	16	49
Itapemirim - Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo	Junho 25-26	35	33	68
Tarumã-Açu - Manaus, Amazonas	Junho 26 – 27	12	21	33
Bacia do Rio Várzea - Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul	Julho 24 - 25	27	11	38
Ribeira de Iguape e Costa Sul - Juquitiba, São Paulo	Julho 28 - 29	27	25	52
Recôncavo Norte e Inhambupe - Salvador, Bahia	Agosto 04 -05	9	9	18
Paraguaçu - Salvador, Bahia	Agosto 06 – 07	13	7	20
Verde Jacaré - Irecê, Bahia	Agosto 08 - 09	23	7	30
Passo Fundo e Alto Jacuí - Passo Fundo, Rio Grande do Sul	Agosto 13 – 14	146	87	233
Miranda - Campo Grande, Mato Grosso do Sul	Setembro 9 - 10	18	15	33
Sistema Lagunar Mundaú – Manguaba - Maceió, Alagoas	Outubro 08 – 09	22	11	33

